

Consórcios Públicos Na Gestão De Resíduos Sólidos Urbanos: Um Olhar Pela Governança Colaborativa

Gabriela Vicentini da Rocha

Dany Flávio Tonelli

André Geraldo Cornélio Ribeiro

Resumo

As questões voltadas ao meio ambiente ganham força no debate acadêmico e na agenda político-administrativa das três instâncias de poder, federal, estadual e municipal. A construção da consciência ambiental produz influência sobre o papel de agentes públicos e privados. O enfrentamento de problemas ambientais cada vez mais depende da configuração de forças e de novos arranjos institucionais. No caso específico da gestão de resíduos sólidos urbanos não é diferente. Frente à atual situação dos RSU no Brasil e a fragilidade da gestão, principalmente no âmbito municipal, a criação de planos intermunicipais desenvolvidos por consórcios públicos adquire importância. O objetivo deste estudo é analisar a constituição de consórcios públicos na gestão de resíduos sólidos em Minas Gerais, segundo a abordagem da governança colaborativa. Para isso, se discute os passos para a constituição dos consórcios de RSU na ótica da governança colaborativa e como esta se manifesta em diferentes etapas desde sua concepção, por meio de aspectos que delineiam a governança colaborativa proposta por SANT'ANNA, TONELLI e ABBUD (2016). Por fins ilustrativos, foi realizado um estudo de caso com dados secundários documentais em Minas Gerais. O estado possui mais de 90% de municípios com menos de 50 mil habitantes, fato que ilustra o porquê Minas Gerais merece atenção, já que os consórcios beneficiam especialmente as municipalidades menores, uma vez que estas apresentam maiores dificuldades financeiras e de gerenciamento dos RSU. Estatisticamente, constata-se pouca difusão dos consórcios públicos em MG, estes novos arranjos institucionais se apresentam em apenas 28% dos municípios do estado. O que representa certa resistência à gestão compartilhada, considerando o pouco contato com a abordagem teórica da governança colaborativa, ainda que esta se apresente atrativa segundo as particularidades quanto à ação e estrutura dos municípios. Fato que se comprova quando 40,3% dos atores, envolvidos nos consórcios públicos de gestão de resíduos sólidos urbanos já firmados em MG, alegam que não há participação ativa da sociedade civil nos processos decisórios, um exemplo dos quinze aspectos da GC propostos por SANT'ANNA, TONELLI e ABBUD (2016) que foram utilizados na análise. Entretanto, os resultados demonstram que os atores reconhecem a importância de cada aspecto da CG, uma vez que a maior parte dos respondentes considera muito importante ou importante para o consórcio cada constructo, e que estes possibilitam trabalho em conjunto e são instrumentos para os municípios traçarem ações no gerenciamento dos resíduos produzidos. Pressupõe-se que a consolidação de arranjos institucionais caracterizados como inovações no setor público promulgam gestão efetiva dos RSU. Ressalta-se a importância de regimes de colaboração como alternativas para atores



Anais do Simpósio de Inovação, Empreendedorismo e Gestão Pública

governamentais e privados no enfrentamento das dificuldades jurídicas, políticas e de gestão que dificultam a disseminação dos consórcios de RSU.

Palavra-chave: Colaboração. Gestão Municipal. Arranjos Institucionais. Consórcios Intermunicipais.